

BREJOS DA BARRA-BA: as contradições das intervenções desenvolvimentistas estatais

José de Sousa Sobrinho¹

Resumo

Até o final da década de 1990 as comunidades camponesas dos Brejos da Barra-BA, permaneceram em pouco contato com a sociedade ampla, engendrando, pois, um modo de vida peculiar baseado na produção predominantemente para o auto sustento. A partir de então, políticos locais e agentes desenvolvimentistas dos órgãos estatais, investiram em sua inclusão nos planos de desenvolvimento do Estado. Criaram o Projeto Distrito Brejos da Barra, constituído da oferta de crédito e assistência técnica; da implantação de infraestrutura de transporte, energia, comunicação, habitacional, educacional, visando uma reestruturação produtiva das comunidades, com vistas a converter-lhes da condição de produtores predominantemente para o auto sustento, para a condição de produtores e consumidores de mercadorias. Discuto o processo de implantação desse projeto, apontando as contradições contidas na sua realização e enfatizo os impactos na organização social costumeira das comunidades que tem lhes garantido a sua reprodução.

Palavras-chave: Brejos da Barra-BA, desenvolvimento, contradições.

Introdução

Desde finais da década de 1990 os Brejos da Barra, situados no município de Barra-BA, vêm passando por uma aceleração no processo de mudanças. Uma das características dos Brejos e dos camponeses brejeiros (cerca de 50 comunidades), que mais chamava a atenção, era o seu elevado distanciamento e pouco contato com a sociedade ampla. Isto se deve às particularidades do quadro geográfico, constituído da ampla área de 280.000 hectares encoberta pela vegetação das caatingas e pela solta e espessa camada de areia, cujas vias de acesso, em função disso, são de difícil trafegabilidade.

Estas comunidades situam-se nas margens dos pequenos riachos que entrecortam a extensa área das Paleodunas de Xique-Xique, na margem esquerda do Rio São Francisco, em seu médio vale, na altura da confluência do importante afluente, o Rio Grande. Beneficiam-se das estreitas faixas de solos férteis onde tradicionalmente cultivam produtos alimentícios voltados para o auto sustento, assim como a cana de açúcar e mandioca, destinada ao próprio consumo e ao comércio.

¹ Departamento de Geografia, FFLCH-USP. Sousasobrinho@gmail.com

No ano de 1999, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco (CODEVASF), mediada por políticos adeptos do desenvolvimentismo, alegando a necessidade de tirá-los do isolamento, da situação de atraso, de extrema pobreza e levar até elas as benesses do progresso, as incluíram nos planos de desenvolvimento da Companhia, instalando ali um Distrito (o Distrito Projeto Brejos da Barra) e estabeleceu metas para uma ampla reestruturação produtiva com vistas a intensificar a inserção das comunidades brejeiras na racionalidade econômica de mercado.

Destes planos constavam melhorias das condições de trafegabilidade, implantação da agricultura irrigada de frutíferas e de agroindústrias, treinamento e reorientações no âmbito das atividades pecuaristas com vista à incorporação de outros saberes, reestruturação do sistema educacional com vista a tornar os camponeses receptivos às mudanças, melhorias habitacionais, dentre outras.

Com vistas à concretização deste projeto, construiu-se nos brejos uma escola do Projeto Amanhã, integrante do conjunto de intervenções da CODEVASF no processo de instalação dos seus perímetros irrigados ao longo do vale, visando com isto, a capacitação técnica da juventude, a reorientação dos saberes e expectativas quanto aos resultados do trabalho, assim como as necessidades de consumo; fez-se parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para viabilizar o treinamento dos camponeses brejeiros, para que os mesmos incorporassem outros saberes nos processos organizatórios de suas práticas produtivas, interferindo, pois, no *habitus* (BOURDIEU, 1994, p.60) do camponês brejeiro; estabeleceu-se parceria com o Exército Brasileiro, para a construção e melhorias das estradas que viabilizassem maior fluxo de pessoas, mercadorias e comunicação com a sede do município; constituiu-se convênio com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para a produção e fornecimento de mudas de frutíferas assim como de matrizes de caprinos a serem adquiridas pelos camponeses brejeiros. Visando o combate à alta incidência de Doença de Chagas, instaurou-se convênio com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), com vistas à substituição das moradias tradicionais, construídas com materiais coletados diretamente nas caatingas, por casas construídas em alvenarias. No âmbito das práticas produtivas, o repasse de recursos àqueles contemplados com os projetos agrícolas e/ou pecuários tinham como fontes os empréstimos bancários. O Distrito mediava a transação financeira feita em nome do camponês brejeiro. O dinheiro era retido pela agência de desenvolvimento, a qual se apropriava de uma porcentagem para arcar

com suas despesas, e a parte que se destinava ao camponês era repassada em produto: mudas, adubos, matrizes de caprinos, alevinos, serviços de assistência técnica e outros.

Em decorrência de uma série de desacertos na condução dos projetos, sobretudo por parte da agência desenvolvimentista, o sucesso do projeto foi comprometido na sua quase totalidade. A Escola Eutália de Oliveira Santos, do Projeto Amanhã, não entrou em operação e suas ostentadoras instalações logo passaram a serem utilizadas pela Secretaria de Educação do Município de Barra, incluída, pois, em sua rede de ensino fundamental e médio; o viveiro de mudas teve pouca durabilidade, e as mudas produzidas, em grande maioria sequer foram distribuídas para os camponeses, morreram nele mesmo; as matrizes de caprinos, oriundas da região sul do país, não se adaptaram às condições ambientais do semiárido, à alimentação das caatingas e também não sobreviveram; quanto à piscicultura, as fezes dos peixes e decomposição dos restos de alimentos fornecidos, contaminaram a água que também era consumida pelas comunidades e causou adoecimentos, sobretudo nas crianças, sendo pois, logo em seguida interdita; do total das estradas prometidas, apenas 15% foram construídas; quanto à melhoria das moradias, a parte que foi construída e disponibilizada, devido ao seu reduzido tamanho, não atendeu à demanda da numerosa família dos camponeses brejeiros. Permaneceram, pois, as antigas moradias, e a exposição ao risco de contaminação provocada pelo inseto Barbeiro.

Sob o ponto de vista que nos indica a geografia crítica a partir de autores como (GONÇALVES, 2004 & 2004a) estabeleço como objetivo demonstrar as intenções que se ocultam nas propagandas do progresso, simbolizado em “amostragens”, “símbolos”, edificados no espaço, os quais visam reorientar as expectativas das comunidades para a valorização de outros saberes (WOORTMANN, 1990) em detrimento dos seus, transmitidos para si, pelos ancestrais (BOUDIEU, 1979). Isto vem realizando-se a partir da reestruturação pela qual vem passando o sistema educacional oferecido aos camponeses brejeiros.

Estas intervenções visam, pois, desarticular as práticas produtivas costumeiras, reorientando-as para a produção de mercadorias (via cursos do Sebrae) e/ou para a transformação da sua própria capacidade de trabalho, nesta forma social, sobretudo no caso daqueles que migram para o meio urbano.

Por encontrarem-se os Brejos da Barra e os camponeses brejeiros em fase inicial de inclusão nesta outra racionalidade, procuramos entender como o processo está realizando-se e como os espaços vêm adquirindo outras dinâmicas e usos. Além disso verificamos como as

comunidades são inseridas nessas outras significações e sentidos atribuídos aos seus lugares, às suas atividades, às suas vidas.

No desenvolvimento da pesquisa recorri a trabalhos de campo, levantamentos bibliográficos e de documentos junto à agência desenvolvimentista, entrevistas a técnicos da referida agência, a políticos, religiosos, agentes das Comissões Pastorais da Terra, da Criança e da Saúde, a sindicalistas, ambientalistas, lideranças comunitárias, a profissionais da educação e membros das comunidades em geral. Além disso, foram realizadas observações empíricas, tomadas e juntadas de material iconográfico.

Constatei a insignificância do cumprimento das metas estipuladas no projeto e que os discursos falaciosos contribuíram sobremaneira para a desorganização da costumeira vida em comunidade. Trata-se, pois, de uma intervenção estatal que, mesmo não cumprindo o que prometeu, haja vista o Projeto Distrito Brejos da Barra ter encerrado suas atividades no ano de 2004, reorientou as expectativas dos camponeses brejeiros; e, as frentes da intervenção que ora tratavam-se de demandas dos desenvolvimentistas, e de certo modo por eles impostas, a partir de então tornaram-se reivindicações de parte significativa dos próprios camponeses brejeiros.

As promessas desenvolvimentistas às comunidades brejeiras

As comunidades camponesas brejeiras mantêm nas suas relações sociais e com o meio, características bem próprias, herdadas dos ancestrais por tempos remotos. Ou seja, seu modo de vida tem se constituído num patrimônio cultural transmitido às sucessivas gerações pelos próprios sujeitos sociais integrantes das comunidades. Isto representa uma característica marcante desses grupos, resultante do universo de representações no âmbito do espaço e do tempo, nas suas atividades constitutivas da labuta do indivíduo em consonância comunitária para obtenção dos seus meios de vida.

A esta elevada preservação assume importante papel as longas distâncias que se encontram da sede do município e cidades do entorno, assim como a precariedade das vias de acesso, as quais limitam de forma considerável o contato dessas comunidades como outros modos de vida.

Lembramos que até mesmo a sede do município, no período entre a decadência da navegação no São Francisco (meados do século XX) e o final da década de 90, em função da

precariedade das vias de acesso por terra, também se manteve em pouco contato com outras localidades. É desta situação que os integrantes do grupo político atualmente no poder (em maioria funcionários aposentados de bancos estatais - Banco do Nordeste e Banco do Brasil) valem-se para fortalecer seus argumentos reivindicatórios aos órgãos públicos de desenvolvimento regional, a tirá-los do estado em que se encontram – segundo eles, “esquecidos do mundo”.

É nesse contexto que se realizam as intervenções nos Brejos da Barra, cujos potenciais produtivos são visados pelos desenvolvimentistas a fim de introduzir uma outra racionalidade na produção, culminando, assim, com alterações no modo de vida inerentes às comunidades camponesas brejeiras. Conforme discurso da agência de desenvolvimento – o Distrito Projeto Brejos da Barra, as investidas naqueles espaços se justificam como uma medida para tirar as comunidades brejeiras do “isolamento”, do “sofrimento”, levando até elas o desenvolvimento, o progresso e disponibilizando-lhes as técnicas modernas de produção.

A referida intervenção consta da inclusão do município da Barra (principalmente dos brejos) na política de desenvolvimento do vale do São Francisco em implantação pela CODEVASF. Como fatores que contribuíram decisivamente para esta inclusão, podemos citar a acessão do grupo político atualmente no poder composto de munícipes que se dizem “incomodados” com a situação em que o município se encontrava desde a decadência da navegação no São Francisco. Assim, “coroaram” de boas vindas ao candidato a deputado federal, João Leão, político de família tradicional de Pernambuco e filho de usineiro daquele Estado. Este teve seu primeiro contato com a cidade da Barra quando realizou nesta os estudos secundários. E, alegando cumprir o dever de oferecer um retorno àquele município pela contribuição à sua formação, escolheu o seu eleitorado para eleição a deputado federal na legislatura 1999 – 2002. *E ele entrou aqui na região porque estudou aqui na região, então como ele gosta muito de Barra, foi que começou, né?*²

Eleito com expressiva votação para a referida legislatura, o então deputado, contando com apoio do grupo político vitorioso nas eleições municipais de 2000 e da família tradicional, segundo informações, dos Camandarobas, decidiram *romper com a paralisia administrativa das décadas passadas, inserir a Barra no desenvolvimento do vale e livrá-la do mal do atraso*. Encaminhou-se, então, o processo intervencionista através do convênio estabelecido com a CODEVASF e em muito favorecido pelo fato do deputado ser integrante

² D. Zefa, agente da CPT-Barra, julho de 2005.

da comissão de orçamento do Legislativo Federal. Assim diz ele: *era uma região riquíssima em seu ecossistema, mas de uma pobreza absoluta, o que faltava era chegar a Embrapa, a CODEVASF, o governo de um modo geral, para levar a tecnologia e fazer com que essas pessoas fossem resgatadas de 300 anos de atraso.*³

Para conseguir tal propósito, contam entrevistados, que o deputado em suas andanças pelos Brejos “escondidos” no mar cinzento das caatingas, fez filmagens das paisagens brejeiras e das manifestações culturais de seu povo (o “farró”, o “bataque” e outras danças, cânticos e celebrações), elaborou um vídeo, e numa audiência especial com o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, apresentou o feito, conseguindo sensibiliza-lo para a situação de “total abandono” daquele povo “sofrido”, o qual encaminhou as providências para os órgãos competentes. Esses adjetivos assumiram peso importante para a destinação das “atenções” do Estado para aquelas localidades brejeiras – tão alardeadas pelas elites políticas locais que retornaram das capitais, onde permaneceram por décadas e voltaram à terra natal decididos a oferecer-lhe seus serviços, presenteá-la com as esperanças de melhores dias, com as promessas de progresso. De toda articulação empreendida por estes sujeitos e órgãos de outras esferas, a “princesa adormecida” como costumam dizer, foi despertada.

A partir de então, o referido Distrito da CODEVASF foi transformado numa Organização Não Governamental (ONG) composta pelo conjunto de associações das comunidades rurais (totalizando 113 incluindo as dos Brejos, das comunidades ribeirinhas e as do sequeiro), de produtores que foram fundadas (com a finalidade de obter recursos de outras entidades e não somente da CODEVASF) nas comunidades visando pleitear investimento na produção junto às instituições financeiras estatais; além de muitas parcerias com uma variedade de órgãos oficiais que foram estabelecidas tal como CODEVASF, Ministério da Saúde (MS), Ministério da Educação e Cultura (MEC), Exército Brasileiro, Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco do Brasil, Empresas Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), SEBRAE, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-CE (EMBRAPA-CE), etc.

Assim, teve início uma série de intervenções em infra-estrutura (estradas, eletricidade, telefonia etc.), educação (construção de escolas e centros de treinamentos), saúde e habitação

³ (João Leão, deputado federal).

(construção de moradias em substituição às antigas visando o combate ao barbeiro) e na produção, com a formação de um grupo de técnicos a oferecer orientações ao associativismo e cooperativismo, concomitante à venda de mudas de manga, caju e mangaba a serem cultivadas utilizando técnicas modernas e o respectivo treinamento e assistência técnica aos produtores:

os parceiros são formidáveis. Tenho parceria com a Embrapa Agroindústria Tropical (Fortaleza, CE), Embrapa Tabuleiros Costeiros (Aracaju, SE), com a CODEVASF, o 4º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção) e a parceria com o povo, que é a melhor parceria. A felicidade do povo de ver as coisas acontecendo⁴ (João Leão, deputado federal).

Por meio das parcerias com instituições financeiras, foram abertas linhas de crédito aos agricultores e fomento ao estabelecimento de cultivos comerciais em maior quantidade nas parcelas, inclusive nas áreas tradicionalmente ocupadas com os cultivos voltados ao abastecimento familiar; criação de hortas comunitárias, ampliação e alterações da produção de cana-de-açúcar e derivados, organização dos apicultores visando adequação do mel às exigências do mercado, organização associativa dos pescadores ribeirinhos para a implantação de um entreposto pesqueiro e incentivo à criação de peixes (tilápias) nos próprios brejos em tanques construídos a partir da fixação de telas transversais em dois pontos dos filetes d'água - o riacho.

aproximadamente 2.500 famílias no total. Na primeira fase, 500 famílias estão sendo beneficiadas, cerca de 20 mil pessoas (...) O meu objetivo é resgatar uma população que vivia à margem da sociedade. Nós já plantamos 200 hectares de caju este ano, em parceria com a Embrapa Agroindústria Tropical, e 200 hectares de mangaba, em parceria com a Embrapa Tabuleiros Costeiros. O nosso objetivo é fazer com que cada proprietário tenha até três hectares - um hectare de manga, um de caju, um de mangaba - e que ele tenha uma renda pessoal para sobreviver e viver a vida. O proprietário terá uma renda, com esses três produtos, em torno de R\$ 5mil a R\$ 7mil, com cerca de 70% de renda líquida. Então, uma pessoa que não tem nada pode passar a ter uma renda de R\$ 5.600,00 anuais. Isso é um céu, é real e possível fazer. Eu sempre digo que o sertão é viável, e nós vamos provar⁵ (João Leão, deputado federal).

Sem entrarmos no mérito das grandezas numéricas que o deputado debulha e sua correspondência com o que se constata no âmbito dos ditos beneficiados em seus projetos, vemos que, apesar da grande dose de virtualidade, estas pretensões estão acompanhadas da

⁴ Disponível em: <http://www.ceinfo.cnpat.embrapa.br/index2php>, acessado em 20.05.06.

⁵ Disponível em: <http://www.ceinfo.cnpat.embrapa.br/index2php>, acessado em 20.05.06.

instalação de amostragens de equipamentos no espaço; estes prometem as condições para a reestruturação produtiva orientada pelos desenvolvimentistas, as quais acenam para um futuro possível àqueles, muitos dos quais, acabam acreditando que realmente estão à margem, pelo fato de não terem ainda se enquadrado no modo de vida urbano prometido pelo “bandeirante” dos sertões.

Nesse processo, o deputado João Leão destaca-se realizando a conexão entre a agência de desenvolvimento regional, a CODEVASF e o município da Barra, envolvendo os Brejos e suas comunidades, a partir do que têm a oferecer, do ponto de vista dos desenvolvimentistas - as riquezas naturais e a força de trabalho dos camponeses brejeiros.

o asfalto que chegou já em 97 (ao município da Barra), trabalho realmente importante do governador Paulo Souto, que tirou a Barra do isolamento, e aí o Projeto Brejos da Barra, um projeto também com o apoio do deputado João Leão em convênio com a CODEVASF, e que esse projeto deu realmente uma conotação diferente à nossa área rural porque passou a mostrar o que os Brejos tinham e o que os Brejos podem ter, podem produzir e tudo isso. Deu realmente um empurrão (Sr. Sócrates, Chefe de Gabinete do Prefeito – 2000-2004 e ex-Gerente Geral do Distrito Projeto Brejos da Barra).

Torna-se importante ressaltar o sentido atribuído à palavra “isolamento” na fala dos agentes impulsionadores do dito desenvolvimento. Para eles, o que caracteriza o isolamento dos brejos? Eles insistem num falso problema na medida em que, no bojo deste discurso, não está explicitado, mas se sentem incomodados com a existência de uma população de trabalhadores que ainda mantém a autonomia no processo de trabalho, os quais ainda não se inseriram, como querem os “bandeirantes” na lógica fria da mercantilização de tudo.

Referem-se, portanto, à inexistência naqueles espaços, da infraestrutura que possibilite a exploração “do que os Brejos podem ter”: das riquezas naturais presentes ali, que poderão ser valorizados a partir das condições que permitam aplicar-lhes quantidade maior de trabalho.

Assim, os Brejos puderam ser vistos pelo que tinha e pelo que poderiam ter. Ou seja, as suas riquezas naturais passaram a serem vistas como recursos naturais⁶, já que se tornarão instrumentos, meios, para a finalidade que se pretende, a saber: por meio da utilização de

⁶ Ao referirmos aos elementos da natureza passíveis de uso adotamos a seguinte definição: “a natureza é *riqueza* e não simplesmente *recurso*. Recurso, como nos ensinam os bons dicionários, é o meio para atingir um fim. Eis, no fundo, o que o desafio ambiental nos coloca: a natureza como riqueza e não como recurso. Aqui residem, a nosso ver, o limite da razão econômica mercantil e a necessidade de construir uma racionalidade ambiental, tal como vem sugerindo Enrique Left” (GONÇALVES, 2004, p.242).

técnicas modernas que possam transformá-los, conferir a forma que satisfaça as exigências do mercado para viabilizar a reprodução ampliada do capital.

Eis, portanto, uma noção do que representa o Distrito Projeto Brejos da Barra, segundo o Gerente Geral em exercício no ano de 2004 Sr. Ingo:

nada mais é do que uma agência de desenvolvimento. Na época não poderia colocar esse nome, porque, como a CODEVASF seria a principal mantenedora do Distrito, ela trabalha com distritos de irrigação. Ou seja, os perímetros irrigados, que ela constrói, né? Faz os projetos, assenta o pessoal que vem de fora, compra os lotes, a partir daí os distritos começa a gerir, gerenciar a parte do perímetro irrigado, depois a CODEVASF emancipa esse distrito, esse distrito passa a cobrar água dos colonos, o colono passa a pagar pelo lote, e ela faz um repasse para a CODEVASF daquilo que é devido à CODEVASF. E o distrito começa a se manter sozinho independente da CODEVASF.

Conforme a afirmação acima, os perímetros irrigados da CODEVASF consistem em áreas delimitadas, nas quais implantam a infra-estrutura necessária à prática da agricultura irrigada. Para a viabilização destes perímetros, constroem estradas, redes de energia elétrica, estações de bombeamento, canais de irrigação, desapropriam as terras, preparam o terreno, treinam mão-de-obra; ou seja, criam-se as condições que possibilite a prática da agricultura tecnificada com alto valor e viabilidade para ser lançada no mercado.

De modo geral aplicam técnicas modernas: correção de solos, usos de insumos e agrotóxicos nos cultivos de produtos como uva, goiaba, banana, melão e outros. No caso dos Brejos da Barra, desde a concepção inicial, pretendia-se utilizar a “irrigação natural”, ou seja, os riachos dos brejos, não precisando instalar toda a infra-estrutura comum aos conhecidos perímetros irrigados:

o Distrito da Barra foi criado sem fazer o perímetro irrigado. Ou seja, com o perímetro irrigado já existente naturalmente, que é os Brejos da Barra. Que lá já é um perímetro irrigado natural. Então para se criar o distrito tinha que se botar um nome. Em vez de botar o nome de agência de desenvolvimento, se criou o nome do Distrito Projeto Brejos da Barra (Sr. Ingo, Gerente do Distrito Projeto Brejos da Barra, janeiro de 2004).

Uma particularidade também significativa desta intervenção nos brejos da Barra é o fato de destinar-se aos moradores das comunidades camponesas em suas posses não ocorrendo, portanto, as desapropriações muito comuns nos perímetros convencionais da empresa. Consta de abertura de linhas de créditos bancários para viabilizar a implantação de outra racionalização da produção a partir de cultivos, em muitos casos, já constante dos

costumes das comunidades brejeiras, tal como a cana-de-açúcar, o caju, a manga, além da agricultura da mangaba, produto costumeiramente extraído da caatinga pelos camponeses brejeiros.

Quanto aos objetivos do Distrito Projeto Brejos da Barra, o então Gerente Geral, Ingo, os apresenta:

o objetivo principal do Distrito é a melhoria da qualidade de vida dos habitantes do perímetro aonde o distrito abrange. São 480 mil hectares, é isso? 480 mil hectares⁷. O que é melhoria da qualidade de vida? Tanto a parte produtiva que a gente incentiva em produzir, incentiva em comercializar, tal como a parte do bem estar social dele. Ele a conviver, a saber usar um banheiro, a saber usar uma energia elétrica... que eles não tinham nada disso. A estrada que não tinha que eles andavam de... escoava a produção toda através de... de animal, hoje tem estrada. Aliás tem um ditadozinho que fala que vai trocar os jumentos dos brejeiros por uma besta, carro né? O distrito, basicamente é isso aí.

O depreciativo ditado popular dirigido aos brejeiros representa o modo não somente como grande parte das pessoas comuns moradoras da cidade da Barra os vê, mas também daqueles dotados do poder de interferir nas suas vidas – os desenvolvimentistas. Para estes, os camponeses brejeiros são “atrasados”, “pobres”, “sofridos”, “incivilizados”, “isolados” e “esquecidos” – adjetivos frequentemente dirigidos aos camponeses brejeiros por aqueles de fora do seu meio. Os quais entendem que estes, por serem diferentes, precisam ser resgatados, pois estão perdidos no tempo: o progresso foi expandido e eles ali ficaram, precisando do “bandeirante” para resgatá-los. São estes os adjetivos que caracterizam os problemas enfrentados pelas comunidades brejeiras e justificam a intervenção.

Muitas vezes estes sujeitos sociais conseguem até incutir nos próprios camponeses brejeiros as ditas representações preconceituosas e carregadas de muita malícia, os quais passam a negar a sua identidade cultural fundamentada nas relações espaço tempo próprias deles – acabam por inverter seus valores, assimilando os impostos pelos desenvolvimentistas que impõem o processo de urbanização nas suas vidas.

É inegável o quanto exige aos camponeses brejeiros as condições objetivas de sua reprodução, nas quais para adquirir os meios de vida, interação de forma imediata. Ressaltamos o quanto enfadonho torna-se a repetitiva referência de alguns camponeses brejeiros, geralmente lideranças comunitárias cooptadas, à sua vida sofrida, à extrema fadiga do seu trabalho, da sua labuta cotidiana, ecoando nos cantões sertanejos o discurso dos

⁷ Fazemos aqui uma correção na área dita pelo Gerente. Em vez de 480 mil, são 280 mil hectares.

agentes desenvolvimentistas oriundos do meio urbano, os quais lhes prometem dias melhores a partir da adoção de outros sentidos para as suas vidas, em detrimento daqueles da comunidade.

Sob pretexto de melhorar a qualidade de vida dos camponeses brejeiros, está uma intenção maior constante da filosofia desenvolvimentista do vale: torná-los produtores de mercadorias, de modo a injetar uma outra orientação à vida daqueles habitantes dos sertões, cuja costumeira relação imediata com seu meio visa a reprodução das suas vidas e dos seus, integrantes da comunidade. As prometidas técnicas a serem aplicadas no processo produtivo (se concretizadas) implicarão na remodelação da sua costumeira relação tempo-espço e em maiores custos de produção, assim como noutros sentidos das atividades de reprodução das suas vidas, a saber: aumentar a produção e consumo de mercadorias. Pois o aumento do que se considera necessidade será uma constante e certamente repercutirá como intensificação do trabalho no seu meio, os brejos. No bojo dessas mudanças travestidas das boas intenções de oferecer ao camponês brejeiro um ambiente de maior bem-estar estão ocultadas no discurso, mas concretizando-se nas práticas, um processo de profundas transformações no modo de vida do camponês brejeiro. Uma modalidade de inserção dessas comunidades no modo de vida moderno e urbano, sob uma condição em que aos camponeses brejeiros não são oferecidos os devidos esclarecimentos quanto ao que poderá advir disto.

No âmbito da produção, o Distrito Projeto Brejos da Barra iniciou a intervenção a partir da venda de mudas de caju anão precoce, manga e mangaba aos camponeses brejeiros, além de incentivar à prática da piscicultura e criação de caprinos.

Naquelas comunidades onde, de alguma forma, o Distrito introduziu suas orientações é realmente o que se observa: a expansão das culturas comerciais nas áreas tradicionalmente utilizadas na produção de alimentos.

Para adquirir as referidas mudas os agricultores recorriam à ONG a qual fazia a mediação entre estes e as agências financeiras para concessão de financiamentos. Do montante conseguido junto aos bancos, a agência retinha uma parte para a manutenção da estrutura administrativa da instituição. A parte que cabia aos agricultores era repassada por meio de mudas, transporte, assistência técnica, insumos, e outros gastos. Em função dos percalços do projeto, a maioria se tornou inadimplentes junto aos órgãos financeiros e estão impossibilitados de obterem qualquer forma de assistência financeira.

Foi tanto que agora, o município está 70% tudo inadimplente. Que esse ano agora acompanhei todo o processo de renegociação de dívida. É uma lei que o governo criou aí (...) (...) que o ano de 2004 e 2005 ainda não entrou um centavo na Barra em consequência do número de inadimplentes que o município tem. E que estão renegociando, coçando a cabeça pra pagar, e que vão pagar (Nelson, presidente da APROCANA, julho de 2005).

Tivemos contato com membros da administração do distrito Brejos da Barra em janeiro de 2004 quando já estava passando por uma forte crise. Da posse do Governo Lula, em janeiro de 2003, até àquela data, as verbas para a instituição estavam suspensas porque as suas contas estavam submetidas a auditoria com suspeitas de desvios, além de muitos projetos que estiveram em andamento e se encontravam parados, e muitos outros em espera de aprovação. Segundo Geraldão, técnico do Distrito, *por falta de recursos o Distrito vem promovendo apenas cursos (treinamento) nos núcleos comunitários. E uma gama de projetos para a melhoria da produção estão inviabilizados por falta de recursos (...) Não temos recursos para nada.*

Trata-se, através de uma parceria com o SEBRAE, de cursos de associativismo e cooperativismo aos produtores de cana-de-açúcar e seus derivados.

Nos tempos em que estivera em atividade, o Distrito Projeto Brejos da Barra pautava sua atuação oferecendo consultoria aos camponeses brejeiros a partir da elaboração de projetos agrícolas, os quais eram encaminhados às agências financiadoras e, quando aprovados os recursos para a aplicação nos cultivos das lavouras comerciais eram administrados pelo Distrito, cujas denúncias de desvios são alarmantes:

é o Brasil. Até que agora essa ONG acabou, acabou porque completou cinco anos, não tinha manga, não tinha caju, não tinha mangaba, e não apresentaram o orçamento que foi gasto aqui, não apresentaram isso até hoje, que quem falou foi o presidente da CODEVASF que entrou aqui em torno de 17 milhões de reais, investiram assim, tem gastado em torno de um milhão, em curso, em palestra, em fulano vir aqui, não sei o que, em passagem e um monte de coisa, e o resto ninguém sabe pra onde foi. O Distrito na época, ele conseguiu o financiamento para o produtor e ele recebia a parte dele, de dar assistência técnica... (...) (...) ...ia pro produtor não em dinheiro, em produto. Seria as mudas. E aí não pegou dinheiro nenhum. Ninguém pegou dinheiro. E era em produto. Que seria a questão dos insumos, que eles compravam calcário, eles compravam adubo, adubo orgânico aqui, esterco de caprino, as mudas e frete, só sei que eles não pegaram em dinheiro. A realidade é essa (Nelson, presidente da APROCANA, julho de 2005).

Há casos de cultivos, tais como o da mangaba que estava em fase experimental e a quase totalidade das experiências foram malsucedidas por inadequação da variedade às condições naturais da região. Mesmo aqueles cultivos que prosperaram e que já estão em

produção tal como o caju, com a falência da ONG e seu fechamento em setembro de 2004, e o não funcionamento da fábrica de esmagamento de frutas, a Barra Frutos, a produção está sendo desperdiçada, por não haver nem estrutura mínima, nem orientação comercial aos camponeses brejeiros.

olha nós têm muita mangaba no município mais mangaba fruta nativa. Eles resolveram plantar, não deu certo. O nosso pessoal nunca teve cultura de plantar caju, plantaram caju enxertado, tanta coisa, como falar de oporquilha, de enxertia, de tanta coisa, aí o produtor ficava mais doido aí é que não sabia o que era. Não deu certo. Plantar manga irrigada também. E colocaram viveiro de muda, você viu lá no brejo? Fizeram viveiro aqui, até acompanhei uns casos aqui também sobre isso, e não deu certo a ensinar o produtor enxertar manga. Então (...) baseado em curso, em cursozinho, em palestra, trazia um engenheiro de lá de São Paulo, o cara, uma vez trouxe aqui um cidadão que veio da Europa que nem falar português o cara falava... quer dizer, durante esses três anos, foram cinco... mais dois anos foram só de... de paciência, mais de três anos, foi muito dinheiro que entrou. E muita movimentação, compraram os carros, os tratores, danava nos... é parceria com a (Seicom) entrava carros, parceria com outros órgãos do Estado, do país todo! Entrava recurso, parceria com outros órgãos estrangeiros entravam recursos também. Que era só pra esses Brejos da Barra (Nelson, presidente da APROCANA, julho de 2005).

O dito acima nos fornece uma noção da dimensão do empreendimento na sua concepção inicial e de seus respectivos tropeços, muito comuns aos projetos elaborados por tecnocratas enclausurados nos gabinetes que visam, desde a sua concepção, no nosso entendimento, chegar nas conseqüências descritas. Pois, historicamente, as intervenções idealizadas pelas elites políticas e econômicas escondem nos discursos falaciosos e economicistas de geração de emprego, fomentar o progresso, o desenvolvimento, mas, o que as ações revelam, confirmam a seguinte fala: *o produtor ficava mais doido aí é que não sabia o que era*⁸. Ou seja, promovem a desorganização das estruturas sociais engendradas pelas comunidades durante os séculos que ali estiveram a revelia do Estado.

Essa interferência nas tradições realiza-se por meio do incremento de outras orientações na interação do camponês com seu meio na busca pela subsistência. Mas, a gravidade adquire maior abrangência na medida em que as distorções no processo de implantação da outra lógica implicam na inexistência de resultados positivos para o camponês brejeiro.

Como exemplo da sequência de tropeços da intervenção, fazemos referência aos tanques de piscicultura que resultou em problemas ambientais e de saúde - a ração e fezes dos

⁸ Fala do Nelson, presidente da Associação dos Produtores de Cana-de-açúcar e Derivados (APROCANA).

peixes, decompostas, contaminaram a água dos riachos pela eutrofização, causando danos à saúde dos camponeses brejeiros. Em função disto, o Distrito, em janeiro de 2004, pretendia mudar a prática desta atividade para as comunidades ribeirinhas, utilizando-se de tanques de rede nas águas do Rio São Francisco.

Em seus serviços de consultoria aos camponeses brejeiros, elaborando projetos de práticas mais produtivas a serem encaminhados aos bancos, orientaram também a aquisição de matrizes de caprinos às quais não se adaptaram às condições ambientais locais, culminando com a perda da totalidade do rebanho e o endividamento daqueles camponeses que fizeram empréstimos junto aos bancos para tal finalidade.

Quanto à recepção dos camponeses brejeiros a essas práticas produtivas com variedades desconhecidas e utilização de técnicas diferentes das tradicionalmente utilizadas, ou seja, empregando outros saberes, o então Gerente Geral do Distrito afirma o seguinte:

muito difícil. O colono, como a gente chama o brejeiro, é um povo que vem com um modo de viver secular, milenar. Faz aquela cachaça dele ali, produz aquela rapadura dele, e ele não quer sair daquilo de jeito nenhum, porque vem do pai, do avô, a família toda criaram os filhos deles assim (Sr. Ingo, gerente do Distrito Projeto Brejos da Barra, janeiro de 2004).

Porém, para seduzir o trabalhador a abandonar as tradições no âmbito da produção, recorrem ao discurso cuja mensagem é propagada por meio da possibilidade de maior acesso ao dinheiro e pelos objetos modernos os quais impressionam e provocam impacto na paisagem tradicional do modo de vida de relação imediata com a natureza, conforme a fala abaixo:

Agora não é tão difícil assim não, porque, aonde você instrui um agricultor, um colono ou um brejeiro e ele passa a ganhar um pouquinho mais de dinheiro e deixar de viver aquela vida sofrida que ele vivia, ele não é burro, ele vai ver que realmente tem que melhorar a tecnologia, tem que fazer algumas coisas diferente para melhorar a vida dele. Então não é muito complicado. É complicado se você não mostrar resultado, aí é complicado. Mas se mostrar resultado tem uma aceitação maior. Agora, é difícil, né? O cara chegar hoje, ir lá nos brejos, não sei se vocês foram lá na escola, e o brejeiro ta aprendendo a computador. Ta lá com um computador e ele ta mexendo lá, e o cara diz, pô, vai entra na sala de aula, tem ar condicionado, então ele não vai querer viver mais naquela vida que ele vivia lá naquela casinha de palha, o piso de areia, ele vai querer ter uma vida melhor... isso é lógico (Sr. Ingo, Gerente do Distrito Projeto Brejos da Barra).

Repete, portanto os lances depreciativos sobre os aspectos do modo de vida, contrastando-os com as vantagens do que prometem – o modo de vida urbano. E, quanto aos

ditos resultados, cabe lembrarmos: os ditos computadores permaneceram na escola por pouco tempo funcionando, mas, quando do trabalho de campo em julho de 2005, apenas alguns se encontravam na sala de informática, porém, sem condições de uso. A referida escola, não chegou a funcionar de fato como se pretendia e encontrava-se em uso pela prefeitura – em estado precário de conservação. O abastecimento de água não mais alimenta o chafariz no centro do pátio e falta água, inclusive, para o consumo geral, o qual por longos períodos é suprido por caminhão pipa.

Ainda quanto aos resultados, tão fundamentais para convencer aos agricultores à adesão ao novo modelo, um camponês brejeiro faz referência às sequelas que adquiriu na saúde em função do sobretrabalho da irrigação manual e cuidados com o plantio malsucedido da mangaba:

carregava água de lá, já tinha as dornas dela de fora, o trator ia por lá, colocava as dorna ali, eu enchia daqui, eu carregava dois regador um numa mão e o outro pra molhar até lá no fundo! Só eu sozinha. Os meninos tava cuidando das coisa deles pra qui, pra culá, nunca me dero uma ajuda aí. E com aquilo, acho que acabei mais com minha saúde, foi com isso aí. Me dia toda hora, mecheno com isso aí... (...) (...) antes eu não tinha, não tinha que... o problema que eu tinha antes era ser diabete. Mais um monte de problema que eu to tendo hoje de não poder mais pegar caloria, não poder fazer mais o tipo de coisa, eu não tinha. Não de jeito nenhum. Então mais eu aqueço disso aí também. É. Fui muito, ó é brincadeira, muito mais pra lá daqueles pau amarelo ó... ali são dois pé de pequi. Eu carregava água na mão. O trator chegava até aqui com duas dorna que eu tinha aí, eles deram as dorna, e pra lá eu me virava (Sr. Benigno, morador da comunidade de Brejo do Saco, julho de 2005).

O agricultor acima faz referência ao cultivo de uma área de mangaba. Nesta não se encontrava sequer uma planta viva; só restaram ao agricultor as sequelas do excesso de trabalho na insistência para salvar o cultivo das incompatibilidades da variedade às condições edafoclimáticas. No entanto, assim se refere um técnico do Distrito ao grau de comprometimento dos agricultores brejeiros com os cultivos por eles orientados: *uns molham mais, outros molham menos...*

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

_____, Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (org.). São Paulo: Ática, 1994.

GONÇALVES, C. W. P. Geografia da Riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, A. U. e MARQUES, M. I. M. (orgs.). O Campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

_____, O desafio ambiental. Rio de Janeiro: Record, 2004.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia. O campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico/87, Brasília: Editora da UnB, pp. 11-73, 1990.

Sítio acessado

<http://www.ceinfo.cnpat.embrapa.br>

<http://www.ceinfo.cnpat.embrapa.br/index2php>, acessado em 20.05.06.